



REFLEXÕES SOBRE A ATUAL CONJUNTURA

Vitor Meyer

CEPAS, Salvador – BA, ago/88

REFLEXÕES SOBRE A ATUAL CONJUNTURA

Vitor Meyer¹

1

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO INTERNACIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Parece lógico que uma análise de conjuntura deva partir de uma apreciação do cenário mundial. É certo que nem todas as teses para o 3º CONCURTO demonstraram preocupações nesse sentido. Mas pelo menos a tese nº 10, que vem se firmando nos Congressos regionais como a mais representativa, traz em seu primeiro tópico uma apreciação do quadro internacional. A discussão, no entanto, ainda não está amadurecida a contento, existindo particularmente alguns aspectos importantes a serem abordados.

Tomemos, por exemplo, a afirmação de que há uma crise econômica mundial, com perspectivas de agravamento. Essa caracterização do momento comporta discussões pois a palavra "crise" é pequena demais para abarcar a variedade de significados com que cada cabeça costuma pensá-la. É muito comum se encontrar, em análises marxistas de diversas procedências, e com bastante fundamentos, a localização de uma crise do sistema capitalista nos anos 74/75, e uma outra crise na viragem das décadas 70/80. Contudo, pelo que se lê nas análises correntes, os anos de 1982/83 são vistos como marcos iniciais de um ciclo de expansão talvez sem precedentes no pós-guerra, pelo seu alcance, não estando suficientemente comprovado que este ciclo expansivo já se tenha esgotado, e que a crise já seja um dado evidente. Pelo contrário, pode-se mesmo citar dados recentes que dão conta da continuidade da expansão da economia norte-americana, não obstante as crescentes dificuldades encontradas desde 1986 (em expansão estão também as economias da Europa Ocidental e Japão).

Voltemos um pouco mais no passado. A crise de 74/75 marca, grosso modo, o declínio das políticas keynesianas (de estímulo aos gastos públicos), tão marcantes na década anterior, e dá início a um final de década caracterizado por um desempenho medíocre da principal economia capitalista. A produtividade da economia dos EUA então crescia mais lentamente que a da Alemanha Ocidental e do Japão. Na confluência das décadas 70/80, há claros sinais de nova crise mundial. Naquelas condições, em reação às dificuldades para sustentar um novo surto duradouro de crescimento, os Estados Unidos iriam apelar para um remédio antigo: o militarismo.

A nova onda militarista começou ainda sob o governo democrata de Carter, ganhando envergadura máxima sob o governo de Ronald Reagan². Com uma proposta orçamentária que incluía gastos militares muito superiores aos da guerra do Vietnã, o governo Reagan tentava simultaneamente estimular a economia americana e desgastar a economia socialista. Esse último aspecto do problema não deve ser omitido, visto que a política mundial jamais seria compreensível, nos dias que correm, sem se considerar a contradição entre o imperialismo e o mundo socialista. Incapaz de furar o "empate" militar existente entre os dois mundos, pois a União Soviética há décadas se mostrava em condições de acompanhar qualquer tentativa imperialista nesse sentido, Reagan alimentava a esperança de conseguir forçar o desgaste da economia socialista. Os novos gastos militares norte-americanos obrigariam a União Soviética a destinar esforços materiais proporcionalmente maiores para sustentar o "empate". Nesse contexto, a OTAN decidiu instalar mísseis

¹ Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

² Ver Gunder Frank: "O Que Virá Depois da Reagamonía e do Thatcherismo?"

nucleares de médio alcance na Europa, e a política mundial voltou a se pautar numa linguagem bélica aberta.

Sob o estímulo do militarismo, a economia dos EUA entra na "era Reagan" Uma prosperidade inimaginável na década anterior atinge a sociedade americana. Os investimentos em equipamentos e tecnologia superam de muito a média das três décadas anteriores³. As mercadorias japonesas entram no mercado interno dos EUA, reforçando, pela via da concorrência, a modernização tecnológica do centro imperialista. Eleva-se a composição orgânica do capital, entram nas linhas de produção as máquinas computadorizadas. A capacidade produtiva cresce aceleradamente nos anos seguintes. Alguns observadores situam nesses anos uma nova "decolagem" da economia americana. Mas a economia imperialista não se expande sem envolver um acirramento de contradições internas ao sistema. A era Reagan é também a era de déficits recordes nas finanças públicas dos EUA. A política de valorização do dólar, que acompanhou o surto militarista, atraiu para os EUA o capital financeiro excedente. Com a valorização do dólar e conseqüente ingresso de capitais, os EUA passaram de país credor a país devedor. Paralelamente, o Japão se projeta no sistema imperialista como o maior exportador de capital. Desse modo, a década de 80 vem marcando um momento de viragem na ordem mundial. Em contrapartida ao ingresso sistemático de capital financeiro nos EUA, esvaziam-se as fontes de financiamento para alguns entre os novos países industrializados, entre eles o Brasil. Nesses casos, a simetria dos fenômenos é quase perfeita: à nova "decolagem" dos EUA, em 1982, correspondeu a quebradeira de países como o México e Brasil (ambos insolventes no final de 1982)⁴.

A expansão capitalista dos anos recentes trouxe pelo menos duas conseqüências importantes nas lutas de classes. Primeiro, ao auge militarista dos primeiros anos da década correspondeu um ascenso de manifestações de massas contra a escalada armamentista. A Europa foi o principal cenário das manifestações anti-militarista, não sem repercussões no interior da própria cidadela imperialista: os sindicatos norte-americanos juntaram-se aos protestos, até porque a política militarista implicava em cortes de antigas conquistas. De um modo geral, as lutas anti-armamentistas se impuseram como um fator ponderável da política mundial, criando limites às tendências em curso na "era Reagan". Em segundo lugar, a expansão criou e continua criando modificações importantes nas relações de trabalho. A automatização liquidou e continua liquidando muitos lugares de trabalho, e a taxa de exploração aumenta. Mudanças cujo impacto profundo coloca hoje para os trabalhadores de todo o mundo imperialista um desafio semelhante àquele enfrentado pela geração que vivenciou a implantação da moderna organização do trabalho dentro das empresas (taylorismo) nos primeiros anos desse século. Essas mudanças em andamento ainda não conheceram todos os desdobramentos possíveis no cenário das lutas de classes, e as nossas discussões não podem perder de vista esse aspecto importante da atualidade. Observe-se que tais mudanças se dão ao longo de um surto de expansão capitalista. Não foi a crise, e sim o crescimento, que elevou a composição orgânica do capital fazendo conseqüentemente crescer a taxa de exploração e o exército industrial de reserva no mundo capitalista. A miséria social, como observou Marx, cresce paralelamente com as potências da riqueza.

Não há dados capazes de comprovar que a onda expansiva já tenha chegado ao fim. Muito menos há dados que sustentem previsões tão exatas como aquelas que situam em 1989, com o novo presidente dos Estados Unidos, o agravamento da suposta crise. É lógico que a expansão é cíclica, e que a crise econômica, com todas as suas conseqüências, aguarda o sistema com a inevitabilidade de uma lei física. É lógico que a economia norte-americana não pode se endividar indefinidamente. Um sinal de alarme se fez ouvir em 1987, com o "crash" das bolsas. Mas, dessa vez a história de 1929 não se repetiu ao pé da letra. Ao contrário dos primeiros prognósticos, a economia mundial se manteve em crescimento. O alarme do "crash" provavelmente antecipa outros alarmes de uma crise que certamente virá, mas que por enquanto ainda não se instalou. Por enquanto a marcha da economia

³ Ver dados da OCDE, publicados pela revista Senhor nº 345.

⁴ Ver Sérgio Goldenstein: "A Dívida Externa Brasileira".

ainda é expansiva. A aventura militarista de Reagan esbarrou em limites, e um novo período de distensão foi aberto. No entanto, os impactos dos gastos militares desencadearam o auge cíclico que ainda vivemos. Não ignoremos essa realidade, mesmo já se ouvindo, como é habitual ouvir-se nos auge expansivos do capital, os primeiros sinais da crise futura, ou como teria dito Rosa Luxemburgo, os primeiros avisos do "pássaro agoureiro da tormenta".

A economia mundial avança com dificuldades crescentes desde 1986, mas ainda se encontra em expansão⁵. As dificuldades enfrentadas dizem respeito ao prolongado déficit da balança comercial americana e à desorganização (com completa inversão de papéis) do mercado financeiro internacional. A passagem dos EUA para a posição de país devedor e a nova força do Japão representam abalos profundos na ordem mundial, sendo ainda incertas as consequências que advirão dessas mudanças. Fato é que a economia dos EUA vem se recuperando na corrida tecnológica, de modo que o mundo imperialista apresenta hoje uma fisionomia nova. Há uma multipolarização de gigantes, confirmando, talvez, o prognóstico de Lenin, em sua polêmica contra Kautsky, quanto ao acirramento das contradições internas do sistema imperialista na medida em que avança a concentração do capital.

A desorganização do sistema financeiro tem repercussões desiguais. Para os EUA, a inversão dos fluxos do capital representou a recuperação tecnológica e a expansão. Para países dependentes tais como a Coreia do Sul, a mesma conjuntura lhes permitiu a montagem de uma moderna indústria de exportação. Já para outros países dependentes, como Brasil e México, as mudanças de rumo nas correntes internacionais do capital significaram estrangulamento financeiro e crise, e com isso uma perda de terreno na corrida mundial pela modernização tecnológica. A situação do Brasil comporta comentários à parte.

2

A ESTRATÉGIA IMPERIALISTA NO BRASIL

As análises correntes denunciam o estrangulamento da economia brasileira pela dívida externa e pelas regras recessivas ditadas pelo FMI. Longe de nós pretendermos negar essas verdades. Mas não seria desproposital lembrar que, como todas as verdades, essas também são apenas verdades parciais. Se ouvirmos com atenção as diversas intervenções presentes na cena nacional, não nos passará despercebido o fato de que a mesma denúncia é proclamada por vozes das mais distantes tendências, da esquerda à direita. Essa curiosa confluência é típica de situações nas quais alguns aspectos do problema estão sendo deixados de lado.

O FMI está impondo a recessão, é verdade, mas é um paradoxo. E como tal, precisa ser esclarecido. Não nos esqueçamos de outras verdades igualmente vinculadas ao problema, entretanto indispensáveis para evitarmos uma visão unilateral. Não esqueçamos de que os grandes surtos de expansão capitalista no Brasil estiveram sempre associados ao ingresso maciço de capital financeiro internacional (os "cinquenta anos em cinco" de JK, o "milagre" de Medici). Seria possível, agora, que o capital financeiro não mais quisesse desempenhar o papel de extrator de mais valia, dentro dos generosos mananciais brasileiros? Os investidores imperialistas, com interesses solidamente implantados no Brasil, teriam resolvido liquidar sua galinha de ovos de ouro? Teriam os imperialistas avaliado que o crescimento capitalista brasileiro seria impossível depois de ter a dívida externa superado a impressionante cifra de US\$100 bilhões? Nesse caso, estaríamos precisando de uma teoria para explicar por que existiria um limite rígido precisamente em torno dessa cifra, e por que não estaria tal limite em torno de qualquer outro montante, anterior ou posterior aos US\$100 bilhões. Como essa teorização não está disponível, e

⁵ Ver dados nos artigos "Os EUA Depois de Reagan" e "Perspectivas Políticas", publicados pela rev. Conjuntura Econômica de abril/88 e junho/88. Ver também revista Senhor nº 345 e 372.

como não iríamos encarar os US\$100 bilhões como um número cabalístico, temos que buscar outras explicações para o estrangulamento financeiro do Brasil e para as atuais pressões do FMI.

O FMI está promovendo a recessão — vejamos essa verdade parcial sob outro ângulo. Poderíamos dizer que o objetivo do FMI é outro, que não a recessão, embora a recessão seja o caminho para atingir esse outro verdadeiro objetivo. Poderíamos dizer que o objetivo do FMI (do capital financeiro internacional) seria o de obrigar a economia brasileira a uma transformação estrutural, visando racionalizar processos produtivos, reduzir a estrutura dos custos de produção, diminuir subsídios estatais, aumentar consequentemente a taxa de exploração, tendo em vista a continuidade da integração brasileira num capitalismo mundial que, por sua vez, já passa por transformações decisivas. Se assim colocarmos o problema, a ênfase da nossa avaliação teria que mudar: o FMI não estaria forçando a economia à recessão como um objetivo em si, mas sim como um caminho para provocar a racionalização econômica e o aumento da taxa de exploração. Assim sendo, seu objetivo seria o de adequar a economia brasileira para que se salve (jamais que se liquide) a galinha de ovos de ouro do capital financeiro. Se ficássemos naquela meia verdade de um FMI recessivo, estaríamos talvez contribuindo para ressuscitar expectativas nacionalistas quanto a uma possível burguesia nacional disposta a lutar para salvar um parque industrial ameaçado de sucateamento por uma conspiração de banqueiros internacionais. Mas se passamos a ver na política do referido órgão uma estratégia de racionalização e de "modernização", no sentido burguês do termo, fica talvez mais compreensível o fenômeno atual de uma burguesia brasileira ávida por reduções nos subsídios governamentais, pela privatização de empresas estatais, por permitir livre curso às forças do mercado e por reduzir todos os custos de produção, objetivando recolocar o Brasil no interior dos fluxos internacionais de um capital financeiro muito mais exigente.

Que evidências históricas teríamos para sustentar essa interpretação? Provavelmente, muitas e importantes evidências. Estamos exatamente assistindo a um empenho da burguesia brasileira, de suas elites políticas e particularmente do governo federal, no sentido da realização dessa estratégia de racionalização econômica. A nova política industrial do governo encaminha enfaticamente essa estratégia. Não por acaso, a referida política obteve um dos raros coros consensuais de aplausos ao governo Sarney, envolvendo as mais díspares facções das nossas classes dominantes. A crônica brasileira, nos últimos anos, está repelta de exemplos que mostram que a racionalização econômica, além de ser uma política de governo, é uma prática já em curso no interior das empresas, sejam elas estatais ou não.

A burguesia financeira brasileira, em consonância com o FMI, reivindica, por exemplo, o fim dos subsídios estatais na agricultura. Observe-se que os subsídios à agricultura barateiam os bens necessários à reprodução da força de trabalho, e sua supressão contribuirá para que as "livres forças do mercado" atuem sem reservas na determinação dos salários. A burguesia financeira quer a privatização. Quer também o direito de demitir funcionários públicos. Evidentemente, quer distância de qualquer forma de estabilidade no emprego. O processo de redução de custos de produção, em todos os níveis da vida econômica nacional, vem avançando em diferentes ritmos principalmente depois da implantação da Nova República (embora houvesse começado antes dela). Tende a levar a economia a um novo salto de concentração do capital, como pré-condição para a penetração de nova onda de investimentos externos. A burguesia tem pressa, pois entende que já perdeu espaço na concorrência intercapitalista ao longo da presente década. A lógica do momento, portanto, leva o capital a uma ofensiva contra todas as conquistas sociais dos trabalhadores.

Pouco importa se a Constituinte está elaborando novas leis que, em alguns pontos, contradizem a lógica do capital. Se essas leis forem definitivamente aprovadas, no 2º turno da Constituinte, dados os compromissos eleitorais dos parlamentares do PMDB, elas não representarão obstáculos suficientes contra as decisões que já estão sendo tomadas a nível das direções das empresas ou nos bastidores do Poder Executivo. Como de hábito, a Constituição será apenas um papel, um certo número de palavras, uma escrita que não precisa manter coerência com as leis de fato. Afinal, não está nas nossas constituições anteriores que o poder emana do povo? Por acaso em algum momento esse preceito da

oratória burguesa reduziu a realidade tão óbvia de que o poder de fato pertence ao capital e se sustenta em armas? Entre a nova Constituição e a nova política industrial, é esta última que retrata as tendências já em aberto desenvolvimento na sociedade brasileira.

Mas voltemos à análise das tendências econômicas. Estamos sem dúvidas presenciando a consumação de mudanças estruturais no mundo capitalista, cuja envergadura é tal que não seria exagero situar na presente década mais um ponto de viragem na intensiva história do Século XX. O capitalismo brasileiro luta para acompanhar as transformações em curso no centro do sistema imperialista. Há dissensões entre facções dominantes quanto aos caminhos e aos métodos, mas tudo indica já existir consenso quanto ao objetivo de racionalizar a economia brasileira. E por racionalização econômica compreenda-se um processo complexo cujo elemento chave é o aumento da taxa de mais valia. Os trabalhadores precisam ter presente esse elo central da conjuntura, sendo conveniente depurar do discurso sindical e político algumas verdades unilaterais que ainda obscurecem a realidade imediata. A hora exige que se diga que o capitalismo brasileiro outra coisa não faz senão preparar-se para um novo surto de associação do capitalismo financeiro internacional, e os preparativos da expansão se baseiam no aumento da taxa de exploração; tudo isso numa fase tensa de mudanças no sistema imperialista e de acelerados saltos tecnológicos.

3

A CRISE DO GOVERNO SARNEY E AS PERSPECTIVAS POLITICAS

A qualquer observador, medianamente informado sobre a evolução política nacional, não escapa a observação de que o atual governo vem se tornando muito parecido com o velho regime militar. Repressão às greves, arrocho salarial, desemprego, acordos com o FMI. corrupção aberta, etc. Até mesmo as figuras que ocupam os primeiros escalões da República nos trazem fortes recordações dos tempos da ditadura.

Há quem explique a situação hoje reinante no País como um desdobramento da derrota da campanha pelas diretas. A explicação tem sua dose de verdade, embora não baste para nos fazer compreender o conjunto da situação atual. O fato é que os grandes comícios de quatro anos atrás ainda são uma referência histórica muito recente, cabendo ainda rediscuti-los. Porque as manifestações pelas diretas, apesar da sua grandiosidade, carregavam fortes ilusões. Primeiro, a ilusão de que uma eleição presidencial, por si, seria capaz de modificar a vida dos trabalhadores. Políticos tradicionais, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro e outros, em constantes entendimentos com empresários e militares, contribuíram, naquele momento, para alimentar essa expectativa utópica. As massas concentraram suas reivindicações nesse ponto, nem sempre levando em conta as condições nas quais um governo eleito pelo voto poderia ser verdadeiramente favorável aos trabalhadores: seria preciso que tal governo se sustentasse em fortes organizações dos próprios trabalhadores.

A campanha das diretas carregava uma outra ilusão, que no entanto foi fatal para o seu desfecho. Todo o movimento estava condicionado ao resultado de uma votação que se faria dentro de um Congresso Nacional ultra reacionário, aliás eleito ainda nos tempos da ditadura militar. Votada e derrotada a emenda pelas diretas-já, em abril de 1984, imediatamente se esvaziou aquela que foi uma das mais gigantescas mobilizações já realizadas no País. Analisando-se friamente aqueles acontecimentos, não há como nos surpreendermos com o resultado da votação no Congresso Nacional: o Congresso era composto maioritariamente por políticos burgueses, raposas corruptas e biônicos decadentes. Surpreendente é o fato de que tantos milhões de trabalhadores tenham ordeiramente entregue suas esperanças àquele Congresso, e passivamente acompanhado, voto a voto, o desenrolar da votação, sem se perguntar sobre o que fariam quando afinal o velho antro de reacionários anunciasse a derrota das diretas.

Derrotada a campanha através de votação no Congresso, as massas abandonaram as ruas. O que aconteceu a seguir foi o jogo de montagem e desmontagem de sucessivos conchavos

entre facções das classes dominantes. Sempre nos bastidores, as elites confabularam. A "Nova República" foi costurada em segredo, envolvendo facções do velho regime, a oposição burguesa e facções da pequena-burguesia. No que se refere ao movimento dos trabalhadores, conquanto as greves houvessem se mantido desde então, incluindo-se duas importantes tentativas de greve geral, o fato é que os últimos anos trouxeram grandes dificuldades para o movimento de massas. De um modo geral, os trabalhadores não têm pesado de modo significativo na evolução da política nacional recente. Isso explica, em parte a trajetória para a direita percorrida pelo governo Sarney.

Mas a história do governo Sarney tem sido a história de crises sucessivas. Na vida recente do País, será difícil encontrar paralelo em termos de oscilações e reviravoltas na política oficial. O quadro demonstra, antes de mais nada, as dificuldades enfrentadas pelas classes dominantes para firmar um acordo capaz de acomodar suas diversas facções. A crise se manifesta por exemplo, no enfraquecimento dos partidos políticos ligados às classes dominantes (PMDB, PFL, etc). Não há hoje um só partido burguês em expansão. Aliás, mais correto seria dizer que nenhum dos grandes partidos pode realmente ser qualificado como o partido da burguesia, no sentido de uma efetiva representatividade dentro das áreas decisivas do empresariado. A crise também se manifesta na morosidade das decisões tomadas pela Assembleia Constituinte. Além de difíceis e lentos, os acordos selados pela Constituinte parecem fadados a uma vida curta. Apesar do rolo compressor formado para liquidar as reivindicações sociais e políticas dos trabalhadores, para o que se articulou o Centrão, todas as facções das classes dominantes, de dentro ou de fora do Centrão, parecem unânimes em reconhecer a provisoriidade da Constituição a ser promulgada nos próximos dias. Consenso mais firme, mesmo, foi a recusa à estabilidade e às 40 horas semanais, bem como o esvaziamento do conteúdo radical da proposta de reforma agrária sustentada pelos trabalhadores.

Essa trajetória da Constituinte ilustra claramente as contradições existentes dentro das classes dominantes, e portanto a crise política nacional. Qual o motivo da crise política? Seria certamente um exagero supor que as vacilações das elites estariam se dando em função das pressões do movimento dos trabalhadores. Como já se discutiu acima, não estão partindo do nosso campo grandes mobilizações nacionais, capazes de pesar decisivamente no rumo das decisões em marcha. A causa da instabilidade política deve ser procurada no terreno da economia.

Não basta dizer que vivemos uma crise econômica. Temos que acrescentar: a crise atual envolve diretamente as relações entre a economia brasileira e o sistema imperialista. Pelo menos desde 1982 que esse aspecto da crise está evidente (desde que o sistema financeiro internacional "endureceu" suas exigências, interrompendo o fluxo de capital para o Brasil. O governo militar ensaiou entendimentos, via FMI, sem no entanto lograr estabilizar novas regras de ingresso de capital externo. O governo Sarney tentou modificar o rumo das negociações. Através do Plano Cruzado e da moratória, tentou barganhar uma modificação das normas de pagamento dos encargos da dívida, ao mesmo tempo em que procurava um desenvolvimento mais voltado para o mercado interno. A implantação daquela política e sua posterior derrocada fazem parte da história da instabilidade do governo Sarney, por trás do que estão as dissensões entre facções das classes dominantes. Já o atual ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, retoma a linha das negociações dos tempos de Delfim Neto. Não seria exagero afirmar que essas lutas e manobras, envolvendo as relações externas, estão se dando no epicentro dos problemas econômicos vividos pelo capitalismo brasileiro na década atual. É um problema particularmente complexo, pois a chamada "crise da dívida" se dá no contexto de turbulências no sistema imperialista.

Muitas explicações hoje em voga simplificam demais a análise dessa questão. O fato é que há um acirrada luta no interior do sistema imperialista pela definição de um novo equilíbrio mundial. A crise brasileira se desenrola nesse contexto. A nossa burguesia, que não é nacionalista, apenas tentou barganhar uma posição mais vantajosa no sistema de acordos que está nascendo; como se sabe, ela não conseguiu manter uma posição de força na mesa das negociações internacionais. Desistiu da moratória e voltou a aceitar as regras do FMI. A situação se torna mais complicada porque, depois desses anos de crise e de conflitos, o capitalismo brasileiro perdeu terreno na corrida tecnológica que vem acompanhando a

expansão econômica dos países imperialistas.

Os conflitos de interesses continuam e a nova ordem ainda não se estabilizou - donde se deve esperar ainda um período de instabilidades. No entanto, as últimas negociações fazem crer que se esboça um novo ciclo de penetração do capital monopolista no Brasil. A proximidade de um certo nível de entendimento nas negociações externas contribuiu para reforçar o governo Sarney, que há um ano atrás parecia agonizar. Os acordos em andamento não deixaram de pesar para o apoio declarado do empresariado aos cinco anos de mandato para o ex-presidente do PDS.

Um dos sintomas de que a burguesia está esboçando a sua saída para a crise foi a recente definição da política industrial do governo. Anunciada quando da chegada ao Brasil de uma missão do FMI, elogiada pelo empresariado e pela grande imprensa (inclusive pela revista *Senhor*, cuja linha gravita em torno dos economistas "históricos" do PMDB), a política industrial procura facilitar a abertura da economia brasileira a novas ondas de associação com o capital internacional, mantém os planos de privatização e de arrocho. Mas os atuais indicadores de um acordo entre as facções burguesas não significam que haverá necessariamente uma solução automática para a crise.

No caminho da superação da crise, há entraves imediatos consideráveis, entre eles as altíssimas taxas de inflação. Como já foi dito, os problemas econômicos se manifestam em lutas políticas, se resolvem no plano das lutas políticas. O que está em marcha é um acordo entre as classes dominantes brasileiras e o sistema imperialista mas esses contendores não são os únicos envolvidos no problema. Diretamente na linha de fogo estão também os trabalhadores, em especial a classe operária.

O que dizer da correlação de forças entre as classes dominantes e os trabalhadores? É evidente que vivemos um momento marcado pela ofensiva da burguesia (de todas as suas facções), ávida por uma elevação da taxa de exploração e bastante organizada (contando com o óbvio apoio do poder público) para enfrentar as lutas operárias. O desafio que se coloca para os trabalhadores é no sentido da criação de novos métodos de luta e formas de organização em nível superior, condição necessária para fazer frente à ofensiva das classes dominantes. Observando a cena nacional nessa perspectiva, não se poderá deixar de reconhecer que o movimento operário já entra no oitavo ano de relativo refluxo, precisamente porque ainda não conseguiu dar esse salto qualitativo em sua organização e em seus métodos de ação.

A experiência mostra claramente quais são os rumos das mudanças necessárias impostas aos trabalhadores pelas atuais circunstâncias das lutas de classes. Em diversas categorias, ao longo desses últimos anos, ensaiaram-se formas de luta articuladas, algumas a nível regional, outras já mesmo a nível nacional. A experiência também reitera a importância atual das comissões de fábrica, que aqui e ali insistentemente renascem, alheias às controvérsias teóricas que se fazem a seu respeito. Os impulsos da experiência (antes mesmo das teorizações) colocam o movimento dos trabalhadores na rota do que poderá levar à constituição de uma nova estrutura sindical e às greves gerais de categorias. Estamos a meio de caminho. Esse é, no entanto, o problema fundamental do período, pois assim o indicam as lições das lutas.

4

ALGUMAS CONCLUSÕES

Vivemos um período histórico marcado, a nível internacional, pela reorganização e fortalecimento do capitalismo mundial. O capitalismo brasileiro, no contexto das crises dos últimos sete anos, atrasou-se na corrida tecnológica e vem lutando por mudanças internas urgentes, visando recolocar o País em condições de acompanhar os saltos qualitativos do capitalismo. O capital financeiro internacional, por seu lado, pressiona para que essas referidas mudanças se façam no Brasil.

Frente a esse quadro, devemos afastar de nossas análises as caracterizações simplistas que

sugerem uma crise generalizada do capitalismo mundial (argumentações nesse sentido a própria burguesia, por comodidade, costuma incorporar em seu discurso). O momento atual é de fortalecimento — e não de enfraquecimento - do capitalismo monopolista. Em consequência dessas mudanças, a burguesia brasileira comporta-se de forma muito mais intransigente e muito mais "profissional" nas lutas de classes, impondo um cenário de lutas onde vem conseguindo manter a iniciativa. Por outro lado, os trabalhadores brasileiros ainda estão presos a métodos de luta e formas de organização rudimentares; métodos de ação e formas organizatórias que emergiram nas greves de 78/80, possibilitaram as vitórias daquela época, mas que têm se mostrado frágeis para acompanhar os desafios que as classes dominantes passaram e colocar desde começos da presente década.

Os ensaios de greve geral não obtiveram o alcance esperado, e a organização sindical não foi além dos patamares alcançados por força das greves de 78/80. A fundação da CUT, em 83, representa a consolidação dos avanços obtidos nessas jornadas de 78/80, mas não se conseguiu chegar a novas marcas. Exceção talvez caiba fazer ao movimento bancário, que exercitou novos métodos de luta, logrando realizar greves nacionais, arrancando algumas vitórias parciais, das mais significativas no movimento sindical posterior a 1980. Seria contudo um exagero tomar essas experiências como modelo adequado aos novos tempos, até porque a organização de base dos bancários ainda é frágil.

O impasse permanece: as classes dominantes colocam a luta num nível superior, lançam seus desafios a partir de uma posição de força à qual os trabalhadores ainda não conseguem responder a altura. O estágio superior das lutas de classes no Brasil exige a implantação prática de novos sindicatos, de sindicatos livres e organizados fortemente pelas bases, e exigem a generalização de formas de organização ainda mais amplas que os sindicatos, isto é, exigem a generalização das comissões de fábrica. Os sindicatos livres que o momento exige não podem ser confundidos com a pura e simples ocupação das velhas estruturas herdadas do fascismo. Esse parece ser o problema crucial do momento, e enquanto não for resolvido a luta dos trabalhadores provavelmente permanecerá mergulhada num impasse.

(CEPAS, Salvador - BA / agosto de 1988)

Este documento encontra-se em
www.centrovictormeyer.org.br
